



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639349 - MA (2021/0006845-3)

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO  
ANTONIO PETERSON BARROS REGO LEAL - MA007863  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO  
**PACIENTE** : CARLOS DE SOUSA BORGES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CARLOS DE SOUSA BORGES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO (Apelação Criminal n. 0000993-82.2018.8.10.0026).

O paciente está preso desde 23 de setembro de 2018, em virtude da condenação, em primeira instância, às penas de 5 anos e 10 meses de reclusão e de 583 dias-multa, em razão da suposta prática do crime de tráfico de drogas, nos termos do art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06. A defesa apelou à Corte estadual, mas o recurso foi improvido por unanimidade.

A impetrante sustenta a ilegalidade relativa à invasão domiciliar e a necessária desclassificação da conduta para o crime do art. 28 da Lei n. 11.343/06. Alega que, antes do ingresso dos policiais na citada residência, não havia fundada razão que excepcionasse a garantia da inviolabilidade de domicílio, sendo, portanto, necessário o reconhecimento da nulidade das provas obtidas mediante ilegal violação de domicílio.

Aduz que "pela análise da conduta do recorrente, percebe-se que a quantidade de drogas encontrada consigo no momento da abordagem policial, **apenas 1g (um) de maconha e 9g(nove) gramas de crack** – que, somadas, dão 10 gramas!- conforme especificado no próprio acordão ora recorrido, não é suficiente para se afirmar, com a certeza exigida para uma condenação penal, de que seria voltada ao tráfico" (fl. 12), sendo certo que a droga apreendida era para consumo do paciente.

Requer, liminarmente e no mérito, a reforma da decisão condenatória, de modo a declarar a nulidade das provas obtidas mediante invasão domiciliar fora das hipóteses constitucionalmente admitidas e, subsidiariamente, desclassificar a conduta para o art. 28 da Lei n. 11.343/06

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente